

Desindexação da economia

1 * JUL 1995

Ajuste do Plano Real prevê a livre negociação; muda o cálculo da TR e é criada nova taxa de juros

ODAIL FIGUEIREDO
e RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — Um processo gradual de desindexação da economia foi iniciado ontem pelo governo, com a edição da medida provisória que acaba com o reajuste automático dos salários pela inflação passada e que institui a livre negociação entre patrões e empregados. Na prática, trabalhadores de uma mesma categoria profissional poderão ter reajustes diferenciados, dependendo da negociação com cada empresa.



O governo manteve o reajuste trimestral da Ufir, que corrige os impostos. Só em janeiro de 1996, a Ufir passará a ser semestral, quando serão extintas também as unidades monetárias de contas fiscais dos estados e municípios. A MP mantém também o prazo mínimo de um ano para a correção monetária dos contratos, que poderão ser reajustados com base em índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção.

Para induzir o mercado financeiro a operar com prazos mais longos, o governo criou também uma nova forma de aplicação — o Depósito de Reaplicação Automática (DRA), que terá prazo mínimo de 90 dias e cuja rentabilidade será dada pela Taxa Básica Financeira (TBF). A caderneta de poupança tradicional continuará existindo, bem como a Taxa Referencial (TR). Mas o governo aumentou o redutor que incide sobre a TR de 1% para 1,2%, o que reduz o rendimento da poupança tradicional e, por outro lado, alivia as dívidas atreladas a este indexador.

Foram mantidas inalteradas as aplicações de curto e curtíssimo prazo no mercado, como as operações do Fundo de Aplicação Financeira (FAF) e do fundo de commodities. O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a captação de recursos externos para a construção de moradias e criou a poupança vinculada com o financiamento destinado à habitação.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, rebateu as críticas de que o governo criou regras diferentes para os salários e para os contratos da economia. "Não é correta a percepção de que o salário é o único preço que perdeu a garantia de reajuste por índice de preços", afirmou. Para confirmar sua interpretação, Malan citou, por diversas vezes durante a entrevista coletiva, o artigo nono da MP, que assegura aos trabalhadores o resíduo da inflação medida pelo IPC-r.

"A fórmula que adotamos é de uma gradual transição na direção da livre negociação salarial", afirmou Malan. O ministro do Planejamento, José Serra, disse que se o reajuste trimestral da Ufir não fosse mantido, as empresas e pessoas físicas pagariam mais imposto este ano. Para ele, a MP editada ontem é coerente com os objetivos do Plano Real de acabar com as correções automáticas de preços pela inflação passada.

"Continuamos buscando formas para que a inflação de hoje fique livre da inflação de ontem", afirmou. O ministro Malan disse que o governo deu um importante passo para que o País possa conviver com valores e taxas nominais na economia. "Estamos caminhando no mundo do nominalismo", afirmou.

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, destacou que as aplicações financeiras de curtíssimo prazo não foram afetadas nem a indexação foi inteiramente proibida no mercado financeiro, porque o governo espera caminhar nessa direção de forma gradual. "Essa passagem precisa ser gradual para que possamos proteger a poupança financeira", afirmou. Ele disse que o governo espera um alongamento natural dos prazos de aplicação. "Será um processo gradual de indução".

■ Mais informações nas pág. 3 a 7, no Guia da Desindexação e integras na pág. 12

ESTADO DE SÃO PAULO
Começa pelos salários